

É considerada por muitos como uma forma inovadora de fortalecer a estabilidade financeira da União Europeia e um caminho para restaurar a confiança

Eurobonds, parte da solução?

Pedro Rebelo de Sousa

Os princípios fundamentais da União Europeia são frequentemente lembrados, e em diversos momentos. Ressaltam as palavras e os tons familiares de uma Europa que se projetou unida, desenvolvida, forte e em paz, e que teve na criação do euro o símbolo máximo desse projeto. Mas, em tempos de tão elevada preocupação e instabilidade económica, um daqueles princípios acaba, por vezes, por ser secundarizado ou até mesmo esquecido: o da redução das desigualdades sociais e económicas das regiões da Europa.

Isto ao invés do que sucedeu nos difíceis tempos da absorção da integração da Alemanha de Leste e demais países limítrofes, bem como movimentos migratórios subjacentes a tal redefinição geopolítica e económica da Europa.

Atualmente, vemos uma Europa que esbraceja num mar de angústias e incertezas, sob uma tempestade sem precedentes, alimentada pelo assustador sobreendividamento das economias e o ataque indiscriminado dos especuladores. Um cenário familiar para muitos de nós, que vimos outros povos, noutros tempos, enfrentar desafios similares.

Quem viveu no centro da crise económica registada na América Latina, na década de 80, poderá recordar os esforços encaçados para minimizar os danos naquela região e demais economias emergentes, nomeadamente o reconhecimento da



DOUG ROSS/GETTY

natureza estrutural e não conjuntural da crise e a criação do mecanismo de securitização via a emissão dos *bonds* recomprados a desconto, que permitiu estabilizar as economias afetadas e credibilizar o sistema financeiro. Ora, é com perplexidade que se assiste à resistência de alguns Estados-membros da União Europeia em analisar estes exemplos da História. São continentes e épocas diferentes, é certo, mas as características das duas crises financeiras assemelham-se em demasiados aspetos para poderem ser tão amplamente ignoradas.

Dívida emitida numa única moeda, nos anos oitenta o dólar e agora o euro, numa fase pós-*boom* de expansão consu-

mista que culmina numa crise inesperadamente induzida. Na época pelo petróleo e agora pelo *crash* do mercado financeiro.

Num momento em que se discute o futuro da zona euro, equacionar a possibilidade da criação de *eurobonds* revela-se inevitável, e foi já considerada por muitos como uma forma inovadora de fortalecer a estabilidade financeira da União Europeia: reduzir custos de financiamento das economias em maiores dificuldades, em prol de uma Europa mais estável e de um mercado financeiro mais credível aos olhos do resto do mundo torna-se um imperativo.

Efetivamente, a emissão da dívida europeia conjunta implica-

ria esforços de ajustamento para todos os países, mas poderia constituir um caminho importante para restaurar a confiança, a longo prazo, na moeda única europeia. E os países que persistem em rejeitar esta hipótese, porque estão mais bem posicionados financeiramente, deveriam recordar e refletir na sua atuação sobre os tais princípios fundamentais que levaram à criação desta Europa que se quer unida.

A emissão dos chamados *eurobonds* não se trata, como muitos poderão pensar, de remendar uma situação que, indubitavelmente, exige medidas profundas. Consiste numa ferramenta financeira perfeitamente viável, que assenta em princípios rigorosos, criteriosos e racionais que vão muito além da solidariedade. Assenta em princípios de crescimento sustentado para toda a Europa.

Como disse, a este propósito, o prémio Nobel da Economia Paul Krugman, "a solidariedade faz-se com medidas económicas que funcionam, não com medidas que não funcionam". E a leitura política que resultaria de tal medida seria absolutamente determinante, no atual contexto, para a prossecução do projeto europeu nos moldes em que foi idealizado.

A emissão de *eurobonds* será a única solução? Não me parece. Se é um fator crítico de sucesso para uma solução global? Absolutamente.

Responsável pela reorganização no Citibank pela renegociação das dívidas soberanas das economias dos países emergentes nos anos 80